



ATA DA PLENÁRIA CEDCA/SC – MARÇO 2018

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e dezoito, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina (CEDCA/SC) reuniu-se em Assembleia Ordinária, na sala de reuniões Darcy Ribeiro da SST, às 13h30min, com a presença dos (das) seguintes Conselheiros (as): Governamentais: Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC: Adriana Polli da Silva, Secretaria de Estado da Educação – SED: Viviane Silva da Rosa, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SJC: Jordana Latife Daniel, Secretaria de Estado da Saúde – SES: Halei Cruz, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte – SOL: Juliano Ricardo Zimmermann; e Não Governamentais: Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT: Andreia Teixeira, Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas: Jaime Rodolfo Navarro Soto, Centro de Direitos Humanos e Cidadania – CDHC: Maria Odete da Costa, Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil – FCPFVESIJ: Rosely Steil e Lizandra Vaz Salvadori, Instituto Paternidade Responsável – IPR: Rosane Magali Lang Wiggers, Organização Casa dos Sonhos – OCS: Mariana dos Santos Luiz e Organização Mundial de Educação Pré - Escolar - OMEP-BR-SC: Elaine Paes e Lima. Também estiveram presentes: a Adolescente Victoria Lugros Meyer, (CCEA – entidade suplente, efetivando o protagonismo infantojuvenil neste Conselho Estadual, Conselheiro Antonio Miranda da Costa (AFAMI – instituição suplente), Professora Dra. Carla Regina Bressan e Estagiária Mayara Garcia do NECAD/UFSC. Justificativas de ausência: SAR (férias dos representantes), SST (posse na nova secretária - evento externo), SSP (excesso de demanda profissional), COMBENTU (evento na instituição), CCEA (excesso de demanda). A Conselheira e Coordenadora Adjunta da mesa coordenadora do CEDCA, senhora Elaine, coordenou a plenária, explicando que a Coordenadora Geral Arlene desejava estar presente para se despedir, uma vez que a mesma solicitou seu afastamento deste Conselho, considerando sua transferência de trabalho profissional para Jaraguá do Sul. Considerando o que determina o Regimento interno do Conselho, assume a Coordenação Geral do Conselho, a Coordenadora Adjunta Elaine Paes e Lima, sendo aprovada pela plenária. A Coordenadora Elaine, colocou a pauta em discussão e votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Como segundo ponto da pauta, leitura e aprovação da ata do mês de janeiro, sendo aprovada por unanimidade. A Coordenação passou a palavra para a Secretária Executiva que esclareceu à plenária a respeito do atraso na elaboração das atas, justificando o excesso de demanda no Conselho, sendo a responsável única na operacionalização das deliberações do Conselho, mas que conta com o apoio e a participação dos membros da mesa coordenadora, ou seja, tudo passa pelas mãos da Secretaria Executiva, sendo inclusive desumano, uma vez que não contamos com ninguém nem para atender telefone e fazer os encaminhamentos dos documentos nos trâmites da SST. A



44 Conselheira Elaine ressaltou que, a partir de abril, investirá no cumprimento
45 pelo poder público sobre o que está estabelecido em lei, referente ao quadro de
46 pessoal deste Conselho Estadual, considerando desumano e inadmissível que
47 apenas uma pessoa tenha que dar conta de toda a demanda do CEDCA/SC,
48 destacando que insistirá com a nova Secretária que está assumindo hoje, para
49 liberar um (a) estagiário (a), sendo que é um direito legal ter mais profissionais
50 junto à Secretária Executiva deste Conselho. A Conselheira Viviane,
51 considerando a demora na elaboração das atas, propõe que seja feito um relato
52 posterior à plenária, com os encaminhamentos aprovados, para que os
53 Conselheiros (as) ausentes tomem ciência, com antecedência, sobre as
54 deliberações, ao que o Conselheiro Juliano sugere que seja um (a) “Conselheiro
55 (a) repórter”, com a atribuição de informar sobre os encaminhamentos, com
56 prazo máximo de uma semana após a realização da plenária, e que seja rotativo,
57 ou seja, a cada plenária um (a) conselheiro (a) será eleito (a) para esta ação.
58 Assim, aprovada a deliberação, o Conselheiro Juliano será o primeiro
59 conselheiro repórter. A Coordenadora Elaine, ao passar a palavra para a
60 professora Dra. Carla Bressan e a estagiária Mayara Garcia, do curso de Serviço
61 Social da UFSC, destacou num breve histórico, sobre a assessoria voluntária
62 prestada através do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família –
63 NECAD/UFSC, ao FORUM DCA, como projeto de extensão deste curso, bem
64 como acompanhando as plenárias e demais ações do CEDCA/SC, e como
65 membro do Núcleo Gestor da Escola de Conselhos de SC. A professora Carla
66 explanou sobre a pesquisa realizada com os Conselheiros Tutelares de nosso
67 Estado, que está sistematizando ainda os dados coletados, mas já conseguiu
68 identificar o perfil dos CTs catarinenses, ressaltando que a maioria destes, não
69 tem conhecimento sobre a nobre causa da criança e do adolescente (legislação,
70 etc). Carla apresentará o resultado desta pesquisa, com mais detalhes sobre os
71 questionamentos feitos aos CTs, na plenária do dia 19 de abril, quando o
72 Promotor Dr. João Botega fará o lançamento do documento orientador aos CTs.
73 A Conselheira Elaine colocou em discussão o documento “Orientações Técnicas
74 – Conselho Tutelar”, sendo que os Conselheiros Estaduais do CEDCA já o
75 receberam via e-mail para leitura e manifestação anterior. Colocado em votação,
76 o mesmo foi aprovado por unanimidade. A Conselheira Maria Odete ressaltou
77 que a eleição para CTs precisa ser independente, sem ficar devendo favor para
78 políticos, como acontece em muitos municípios, pois estes políticos o colocarão
79 em situação vexatória, quando forem cobrar a dívida, querendo que sejam seus
80 cabos eleitorais. Sugeriu que o CEDCA invista muito no perfil dos CTs para que,
81 ao se candidatar a esta função, tenham o mínimo de conhecimento sobre a
82 defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. **MOMENTO DAS**
83 **COMISSÕES: Comissão Intersetorial** - A Conselheira Rosely, coordenadora
84 desta comissão representando o CEDCA, informou que a Secretaria de Estado
85 da Agricultura e da Pesca – SAR não compareceu para o qual foi convocada, a
86 apresentar a Política para crianças e adolescentes da área rural, nem justificou



87 oficialmente a ausência na reunião da Comissão, realizada no dia de ontem,
88 ressaltando que a SAR será chamada para se apresentar na plenária de maio.
89 **Comissão de Avaliação e Monitoramento – Planos Decenais:** A Conselheira
90 Rosely, Coordenadora da referida Comissão, juntamente com a Conselheira
91 Karina da SST, relatou que, em reunião desta comissão, a Senhora Maria Helena,
92 da Empresa Painel Pesquisas propôs a realização de Rodas de Conversa, a se
93 realizar nos meses de junho e julho, com a seguinte proposta de programação:
94 *dia 20/06/2018 discutir sobre o **Eixo Direito à Convivência Familiar e**
95 **Comunitária** (período matutino) e o **Eixo Direito à Educação, à Cultura, ao**
96 **Esporte e ao Lazer** (período vespertino); no dia 21/06/2018 discutir sobre o
97 **Eixo Direito à Vida e à Saúde** (período matutino) e o **Eixo Direito à**
98 **Liberdade, ao Respeito e à Dignidade** (período vespertino); *dia 18/07/2018
99 discutir sobre o **Perfil das crianças e adolescentes do Estado** (período
100 matutino) e o **Eixo Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho**
101 (período vespertino), sendo aprovadas essas proposições. Sobre os produtos
102 finais (20 livros impressos, CDs, mapas) solicitados pelo CEDCA no edital, a
103 Empresa Painel Pesquisas sugeriu substituir pela criação de um site onde estarão
104 todas as informações dos planos que serão elaborados, para acesso de todos os
105 interessados. A Conselheira Adriana também destacou sobre a reunião desta
106 comissão com a empresa painel e a Gerência de Contratos e Convênios –
107 GECON/SST sobre a preocupação da senhora Maria Helena, em prorrogar o
108 prazo para entrega dos produtos finais para o mês de novembro de 2018,
109 considerando a dificuldade que estão encontrando na coleta dos dados nas
110 Secretarias de Estado e demais órgãos que atuam direta ou indiretamente na
111 defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. A Gerente da GECON,
112 senhora Gabriela orientou para que o CEDCA/SC tentasse manter o prazo de
113 julho de 2018, mas aguardará a solicitação da Empresa Painel com a exposição
114 de motivos sobre a necessidade de prorrogação, para que possam entregar o
115 diagnóstico, com dados reais e ações factíveis de realização, objetivando ainda
116 lançar este produto final no mês de dezembro, através de uma Audiência Pública
117 e ou um Colóquio Estadual, tornando público esta ação do Conselho Estadual no
118 Estabelecimento da Política e do Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos
119 da Criança e do Adolescente, dando visibilidade, tornando público para a
120 sociedade catarinense a Política Social a ser assumida e desenvolvida pelos
121 órgãos estaduais, garantindo assim o princípio da “prioridade absoluta da
122 criança e do adolescente nas políticas sociais públicas e no orçamento Criança e
123 Adolescente”. **Comissão do Socioeducativo** - a Conselheira Rosely, apresentou
124 o processo de organização e divulgação do Seminário Estadual do Sistema
125 Socioeducativo meio fechado, reafirmando sua realização dia 18 de abril (dia da
126 reunião da Comissão Intersetorial), no auditório da Secretaria de Segurança
127 Pública – SSP, das 8h30min às 17h, para o qual a Secretaria de Justiça e
128 Cidadania – SJC colaborou na organização do mesmo, tendo como convidados:
129 os Conselheiros do CEDCA/SC, os Membros da Comissão Intersetorial, a



130 Gerência de Saúde da Criança e do Adolescente, os Representantes dos CASES
131 E CASEPs (dois por Instituição), o Ministério Público Estadual, o Tribunal de
132 Justiça, através da Corregedoria Geral de Justiça, a Comissão de Defesa dos
133 Direitos da Criança e do Adolescente da ALESC, o Núcleo Gestor da Escola de
134 Conselhos – CEDCA/SC, o Comitê Gestor do SIPIA CT – CEDCA/SC, a
135 Coordenadoria da Mulher, da Criança e do Adolescente da PC/SSP, a Polícia
136 Militar, os Multiplicadores Regionais do SIPIA CT, a Coordenação do SIPIA
137 SINASE, os Coordenadores Regionais da ACCT e a Comissão da Criança e do
138 Adolescente da OAB/SC. No período matutino, às 9h a abertura, com a mesa
139 composta por: Coordenação Geral do CEDCA/SC, Ministério Público, Tribunal
140 de Justiça, Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação –
141 SST e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SJC. Em seguida será
142 formada a primeira mesa de debate (10h às 12h30min): Política do Sistema
143 Socioeducativo em Meio Fechado em Santa Catarina – Coordenação da mesa:
144 Rosely Steil Conselheira Estadual e Coordenadora da Comissão Intersetorial,
145 com os palestrantes: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Diretor do
146 DEASE – Senhor Zeno Augusto Tressoldi, Ministério Público - Centro da
147 Promotoria da Infância e Juventude (CIJ) - Dr. João Luiz de Carvalho Botega -
148 Promotor de Justiça do Centro Operacional da Infância e Juventude – CIJ,
149 Corregedoria Geral de Justiça- Juiz Corregedor Dr. Rodrigo Tavares Martins. A
150 Segunda mesa (das 14h às 16h) será a apresentação do Projeto Político
151 Pedagógico do Case da Grande Florianópolis – Coordenação da mesa: Graziela
152 Cristina Luz Damacena Gabriel, Conselheira Estadual e Presidente da
153 Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT, com os debatedores:
154 Dr^a Andrea Marcia Lohmeyer Funchs – UFSC e os palestrantes: Nestor Carlos
155 de Oliveira - Gerente Interino, Carla Maria Pra Baldi- Psicóloga, Neylen
156 Bruggemann Bunn Junckes- Coordenadora Equipe Técnica. Em seguida,
157 debates e encaminhamentos. A Conselheira Jordana reafirmou sobre o
158 compromisso da SJC em assegurar a participação dos representantes dos CASEs
159 e CASEPs neste seminário, destacando também sobre a necessidade em
160 rediscutir o Plano Estadual do Socioeducativo para reajustar as ações propostas,
161 ações estas que sejam factíveis de se realizarem. Informou ainda sobre a
162 primeira reunião do FONACRIAD (Forum Nacional de Dirigentes
163 Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos
164 Direitos da Criança e do Adolescente, que se reúnem trimestralmente em
165 Estados diferentes) que está sendo organizado pelo DEASE/SJC, pela primeira
166 vez se realiza em Santa Catarina. Ressaltou sobre o apoio do CIJ, com a parceria
167 do Dr. João Luiz Botega, convidando os Conselheiros Estaduais para
168 participarem e destacou a importância da participação do CEDCA/SC para
169 firmar parcerias. **Comissão de Normas e de Orçamento e Finanças:** A
170 Conselheira Adriana informou que recebeu contribuições de alguns
171 Conselheiros para a redação da Resolução CEDCA N° 001/2018, que estabelece
172 critérios e procedimentos para a inscrição de programas de atendimento



173 socioeducativo no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
174 executados por instituições governamentais e não governamentais no âmbito do
175 Estado. Após discussões, foi proposto que a Conselheira Adriana considere as
176 sugestões, fazendo as adequações à redação do documento, e ser reenviado aos
177 demais conselheiros pra reeleitura, sendo aprovada pela plenária esta proposição.
178 Sobre a Resolução 002/2018, que estabelece as atribuições das instituições
179 membro do Comitê Gestor do SIPIA Conselho Tutelar, no processo de
180 implantação, implementação e monitoramento do Sistema de Informação para a
181 Infância e Adolescência no Estado de Santa Catarina (SIPIA CT), também
182 foram discutidos alguns pontos, sendo deliberado que a Secretária Executiva,
183 reenvie aos Conselheiros para reeleitura, a ser colocada em votação na plenária
184 de abril. A resolução 003/2018 que dispõe sobre a Instituição e Constituição dos
185 Multiplicadores Regionais do Sistema de Informação para Infância e
186 Adolescência Módulo Conselho Tutelar - SIPIA CT, no Estado de Santa de
187 Santa Catarina, foi aprovada por unanimidade, sendo esta já de conhecimento
188 dos Conselheiros Estaduais. **Assuntos da Coordenação do CEDCA/SC: *A**
189 **Conselheira Elaine** informou que a Segunda etapa de formação dos
190 Multiplicadores Regionais do SIPIA CT foi reagendada para os dias 03, 04 e 05
191 de abril, com a confirmação dos (as) Conselheiros (as): Rosane, Mara Odete,
192 Mariana, Jaime, Janine, Rosely e Ézio, restando ainda 03 vagas, sendo que as
193 Conselheiras Elaine e Graziela fazem parte do Comitê Gestor do SIPIA CT, bem
194 como da organização do Encontro Estadual, e a Conselheira Andreia que é
195 Multiplicadora Regional. CARAVANA PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS
196 E ADOLESCENTES que se realizou em Porto Alegre - RS, de 20 a 22/02/2018.
197 Na oportunidade a Conselheira Lizandra avaliou como super positiva,
198 inspirando os adolescentes que participaram a querer conhecer os CMDCA's e o
199 CEDCA, para fazerem parte destes Conselhos, bem como em realizar as
200 conferências livres, como espaço para discussão com outros adolescentes.
201 Lizandra ressaltou que os adolescentes, chamaram a atenção dos adultos, para
202 que utilizassem linguagem acessível a eles, que explicassem sobre as inúmeras
203 siglas que utilizavam, salientando que Santa Catarina foi o Estado que levou o
204 maior número de adolescentes (17). Os Conselheiros Rosely e Antonio também
205 se mostraram muito satisfeitos em participarem da caravana, um momento tão
206 grandioso, e ficaram surpresos com a atuação positiva dos adolescentes
207 catarinenses. A Conselheira Elaine reafirmou o nome *da adolescente Victória*
208 *Lugros Meier que representará o CEDCA no Comitê de Participação de*
209 *Adolescente do CONANDA – CPA (órgão colegiado formado por adolescentes*
210 *escolhidos nos espaços de participação de adolescentes existentes nos Conselhos*
211 *Estaduais através de grupos sociais, ou seja, em SC foi pelo CCEA. A primeira*
212 *composição do CPA, com validade de dois anos, foi constituída nos seguintes*
213 *termos: 27 adolescentes indicados pelos conselhos estaduais e distrito federal;*
214 *10 adolescentes de grupos sociais diversos indicados por organizações, fóruns,*
215 *comitês, redes ou movimentos sociais, selecionadas por meio de chamamento*



216 público promovido pelo CONANDA; 10 adolescentes selecionados por meio de
217 processo de participação em ambiente virtual), que está com reunião pré -
218 agendada para a última semana de abril, ainda a confirmar. Informou ainda que
219 a Consultora Monique Batista Carvalho, contratada pela Secretaria Nacional dos
220 Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), do Ministério dos Direitos
221 Humanos, para desenvolver atividades junto aos Conselhos estaduais e distrital
222 no que tange às ações para fomentar a participação de adolescentes nos espaços
223 permanentes destinados a esse fim, deseja vir a Santa Catarina para um encontro
224 com o CEDCA e com o GT do Protagonismo Infantojuvenil, sendo a plenária a
225 favor da realização. *A Conselheira Viviane convidou os Conselheiros
226 Estaduais para o I Congresso Catarinense de Combate ao Trabalho Infantil, que
227 acontecerá nos dias 20 e 21 de março de 2018, no Centro de Cultura e Eventos
228 Plínio Arlindo de Nes, na Rua: Assis Brasil, nº 20, na região central de Chapecó
229 (SC), com Inscrições gratuitas e ilimitadas que podem ser realizadas através do
230 link: <https://goo.gl/forms/bjITKCKF4Ehp7ZVd2>. Como o Censo 2010 revelou
231 que a exploração de mão de obra infantil em Santa Catarina é extensiva, e o
232 Estado concentrava o maior índice proporcional do país — 18,9% dos jovens
233 entre 10 e 17 anos que foram flagrados em alguma ocupação. Este congresso,
234 objetiva analisar os avanços no combate a esse quadro e propor saídas para estas
235 situações, visando ainda mudar esta realidade, levando aos participantes o
236 conhecimento e a experiência de palestrantes de renome nacional, com domínio
237 da temática e trabalham com as políticas de prevenção e leis de combate ao
238 trabalho de crianças e adolescentes, e é realizado pelo Ministério Público do
239 Trabalho (MPT-SC) e Fórum Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do
240 Adolescente no Trabalho (FETI-SC), com apoio da Prefeitura de Chapecó,
241 Ministério do Trabalho e Emprego, Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SC), e
242 as faculdades UNOESC e UNOCHAPECÓ. Viviane também lembrou sobre o
243 Forum Estadual de Educação – FEE/SC que está sem representação deste
244 Conselho Estadual, conclamando à plenária para indicar alguém. Na
245 oportunidade Conselheira Elaine recomendou convidar para participar do
246 referido Congresso representando o Conselho Estadual, a senhora Marlei
247 Dambros que representa a Universidade Fronteira Sul no Núcleo Gestor da
248 Escola de Conselhos, junto com a senhora Lisaura Beltrame, Conselheira
249 Suplente pela Sociedade Civil, sendo que as duas residem em Chapecó, e a
250 proposição aprovada por unanimidade. *A Secretária Executiva apresentou o
251 Convite para Plenária Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência
252 Social – CEAS, que se realizará no dia 27/03/2018, com a presença do
253 Secretário Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano, senhor Halim
254 Antonio Girade e da Secretária Nacional de Assistência Social, senhora Maria
255 do Carmo Brant de Carvalho (ambos do Ministério do Desenvolvimento Social -
256 MDS) que farão exposição do Programa Criança Feliz. A plenária aprovou a
257 indicação da Conselheira Elaine para representar o CEDCA/SC. Nada mais
258 havendo a tratar, eu lavrei esta ata que será aprovada e assinada em plenária.